



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE AGOSTO DE 1996**

*Bom dia.*

Nós vamos dividir esta reunião em duas partes. No início, farei uma pequena introdução e depois pedirei ao Ministro Kandir que especifique um pouco mais alguns dos nossos objetivos. Na segunda parte, nós abriremos a discussão entre os membros do Ministério e os Líderes do Governo.

Na verdade, esta é uma reunião de rotina. Já fizemos várias reuniões com este mesmo formato. Ela tem por objetivo mostrar ao Ministério o resultado de um esforço que vem se desenrolando há algum tempo e que conta com a cooperação de todos os Ministros e membros do Governo, e até mesmo da sociedade.

Desta vez, houve modificações importantes no processo orçamentário – que serão explicitadas mais adiante –, de tal maneira que nós esperamos alcançar aquilo sobre o qual já havíamos conversado em reunião anterior do Ministério: uma integração maior entre o orçamento e a execução orçamentária, ou seja, entre aquilo que está orçado e aprovado pelo Congresso e a disponibilidade de recursos no

Tesouro. Nós queremos, em debate com os vários setores do Governo, assegurar continuidade aos programas, programas esses que vêm dos próprios Ministérios. E queremos aumentar o grau de previsibilidade para o conjunto da administração.

Eu queria recordar – embora talvez não fosse nem necessário – que vem de longe esta caminhada para chegar-se ao ponto a que o Brasil está começando a chegar. Ainda no Governo do Presidente Itamar Franco, nós começamos a criar as condições para estabilizar a economia. Alguns dos aqui presentes participaram desse esforço. Essas condições implicavam modificações muito grandes, para que pudéssemos ter alguma previsibilidade orçamentária e também um controle efetivo sobre a inflação. Contou-se permanentemente com o diálogo com o Congresso Nacional e com as várias forças da sociedade. Até que foi possível, em julho de 94, depois da URV – que todos conheciam, apesar do nome um pouco esdrúxulo, e assim na época foi considerado –, criar, realmente, uma condição de estabilização.

Pois bem, os efeitos imediatos dessa estabilização são também conhecidos. Na verdade, houve melhoria sensível da distribuição de renda, com essa estabilização. Só para dar alguns indicadores: nas cinco principais metrópoles do Brasil, nas seis, na verdade, passou de 42% para 22% o contingente de pessoas consideradas estatisticamente como pobres.

Ainda recentemente, no último PNAD publicado, que é o primeiro depois do Real – publicado fragmentariamente, ainda não está completo, mas contém tabelas que alguns jornais publicaram – vê-se que esse realmente foi um processo muito intenso. Basta dizer que, na verdade, como disse aqui, se 5 milhões de brasileiros deixaram a condição de pobreza nessas cidades, cerca de 30 milhões de brasileiros adicionais entraram no mercado de consumo.

Estão aí os dados do consumo, dados bastante expressivos, até mesmo quando se discrimina quem aumentou o consumo. Não é difícil perceber que os brasileiros com renda de até dois salários mínimos tiveram aumento maior do que os brasileiros com renda acima desse patamar, o que nos permitiu – mesmo na chamada linha

branca, geladeira e *freezer*, ainda numa proporção pequena, mas em quantidade já apreciável, porque no Brasil qualquer proporção dá uma quantidade enorme – aumentar a disponibilidade desses bens nas famílias dos brasileiros.

Isso é consequência imediata do Real. A estabilização trouxe uma imprevisibilidade, como eu disse; e houve aumento também no que é fundamental: aumento da poupança e da taxa de investimento. Nós passamos de uma situação bastante preocupante de 3,5% do PIB de investimento produtivo em 92 para 16,2% no começo de 96. É pouco ainda, nós precisamos alcançar 25%, mas já indica uma certa confiança da população – no caso, dos investidores, dos produtores.

Isso foi feito com muito sacrifício, sacrifício dos programas de governo – os Senhores Ministros sabem como o aperto foi e é grande, e vai continuar sendo, pelas razões que serão ditas daqui a pouco –, mas sacrifício que já permite divisar um certo horizonte, depois das enormes dificuldades que tivemos, também sabidas, no que diz respeito à manutenção da estabilização, por causa de fenômenos que abalaram a economia internacional, além da taxa de juros. Esta chegou a 6.87%, no *over*, em 95, mas agora já temos uma taxa de juros de 1.98% e imaginamos que até o final do ano de 96, comparando-se com 95, nós tenhamos, realmente, uma taxa de juros que corresponderá à metade da taxa de juros de 95 – no final de 96, na média de 96. Portanto, isso já permite também, aos produtores um certo alento.

É verdade que eu me refiro à taxa de juros que o Governo paga por seus títulos. Os efeitos sobre a taxa do consumidor final ou para o investidor são mais lentos, mas estão se fazendo sentir, porque houve também uma modificação progressiva na política dos compulsórios, e, portanto, a massa de recursos disponível passou a ser maior. Estamos assistindo, portanto, a uma tendência à queda da taxa de juros.

Devo também dizer que o sistema financeiro brasileiro, que chegou a ter 16% do produto bruto, hoje está com metade disso, 8%. Portanto, é pura demagogia imaginar que o Governo esteja trabalhando para os bancos. É o contrário. Os bancos sofreram o maior

aperto da história do Brasil. Evidentemente, com a responsabilidade que caracteriza este Governo, nós não podemos deixar que os depositantes sofram as consequências de um colapso do sistema financeiro, até porque os depositantes são também os produtores, além de o serem as donas de casa, os trabalhadores, os sindicatos, etc.

A verdade é que o aperto financeiro foi muito grande. E, este governo se caracterizou pela atitude de enfrentar problemas, às vezes até simultaneamente. Tivemos, além de sanear a Caixa Econômica, o imenso esforço de saneamento do Banco do Brasil; e, claro, quando você entra num processo de saneamento, como agora no dos bancos estaduais, está resolvendo problemas que foram criados no passado; e, muitas vezes, aparecem como se fossem problemas deste governo. É o contrário: nós estamos enfrentando com tranquilidade e coragem problemas que foram criados no passado e que eram sempre empurrados para que governos futuros os resolvessem. E o povo pagando o custo disso.

Nós, pelo contrário, enfrentamos essa questão e estamos em pleno processo de saneamento do sistema financeiro. E com bastante êxito: basta ver as opiniões dos economistas estrangeiros que estão vindo com freqüência ao Brasil e as análises comparativas do custo do financiamento financeiro em outros países e do custo no Brasil, para verificar-se que também é pura demagogia dizer que o Governo está despendendo uma massa enorme de recursos, até porque esses recursos, como também é sabido, pertencem ao compulsório dos bancos. Haverá, eventualmente, um ou outro custo para o Tesouro, no futuro, dependendo das condições, mas isso é incomparavelmente menor do que o custo que ocasionaria a derrocada do sistema financeiro ou mesmo de alguns setores – parciais, mas importantes – do sistema financeiro.

Esse clima, de um governo que atua, que enfrenta problemas, aumentou, naturalmente, também, a disposição dos investidores – por isso a taxa de poupança e de investimento tem crescido – para investirem mais no Brasil.

No caso do setor externo, é marcante, é um indicador mais palpável, mais rápido, porque o Banco Central registra. Os investimentos

líquidos diretos do exterior totalizavam, em 1994, 1,9 bilhão de dólares durante o ano; em 95, 2,97 bilhões. Pois bem, o primeiro semestre de 96, só o primeiro semestre, deu quase 5 bilhões de dólares! Por consequência, quando, em algum momento, eu disse que provavelmente no decorrer do ano nós iríamos ter 7 bilhões de dólares de investimento, fui tímido. Na verdade, nós vamos alcançar cerca de 9 bilhões de dólares em um ano! Isso faz com que o Brasil volte aos tempos em que havia investimento crescente, e é um indicador seguro de que vamos ter possibilidade de crescimento sustentável.

Ora, qual é a nossa parte, a parte do Governo para que isso tudo ocorra? É, basicamente, levar adiante o processo de reformas e a diminuição do chamado custo Brasil. Não preciso repetir aqui o empenho que todos temos tido nas reformas e continuaremos a ter. E com êxito. Reforma não é um processo que se decrete, reforma é um processo social, é um processo para começar, não é um ato. É social, é cultural, é uma mudança de mentalidade. Não se muda mentalidade do dia para a noite. Mas nós estamos mudando a mentalidade do Brasil.

E, por mais que haja – como é normal numa democracia – discussões, vaivéns, como existem mesmo no nível do Congresso e no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, a resultante é positiva. Sim, a resultante é positiva, e as reformas estão avançando e vão continuar avançando, e o Governo não vai esmorecer até alcançá-las, porque elas são imprescindíveis, não para este governo, mas para este país.

Muitas vezes, as pessoas se opõem ao País, pensando que estão se opondo ao Governo, e dificultam a aprovação de medidas que clamam pela urgência e pela sua obviedade. Muitas vezes, por causa disso, nós temos que despender um esforço enorme. Agradeço a oportunidade para dizer que os Líderes do Governo e os Líderes dos partidos que nos apóiam têm sido constantes na busca de uma continuidade no processo dessas reformas.

Nós não podemos imaginar que as reformas chamadas básicas, da administração, da previdência, a tributária, esgotem a nossa agenda de custo Brasil. Não. Nós temos também que seguir adiante no pro-

cesso das privatizações, no processo da redução do papel do Estado em certos setores, na prestação de serviços, na modernização e no aumento da eficiência da máquina pública.

Aqui é de salientar que, depois de muita crítica sobre a questão das privatizações, vê-se, hoje, que o Governo agiu com firmeza e prudência. Inúmeras vezes eu disse que nós não estávamos aqui para vender patrimônio público na bacia das almas e que não temos nenhum compromisso com interesses que possam ser especulativos nas bolsas. Nós não tomamos decisões movidos por essas questões. Nós tomamos decisões tendo em vista o interesse nacional, o interesse público, o interesse do País.

É de assinalar que, no caso específico, por exemplo, do sistema de transporte, nós conseguimos fazer o que muita gente não acreditava. O sistema ferroviário brasileiro foi já, em dois tramos, objeto de licitação. Licitação que teve sucesso. Nós pretendemos, até o fim do ano, praticamente passar quatro quintos do sistema ferroviário brasileiro para a gestão privada e para investimentos privados, de tal maneira que a melhoria possa ser mais rápida, porque isso fará aumentar a taxa de investimento sem que o Governo tenha que despender recursos – que, aliás, não tem – na melhoria do sistema ferroviário.

E diga-se o mesmo no tocante ao sistema rodoviário. Alguns trechos importantes do setor rodoviário estão também sendo objeto de concessão de serviço público, como a via Dutra, como a estrada que vai a Juiz de Fora e a que vai a Teresópolis, e como a ponte Rio-Niterói. Há um interesse imenso no Paraná, no Rio Grande do Sul, em outros estados, nessa matéria. É claro que, num país tão grande e diversificado como o Brasil, nós não poderemos imaginar que o Governo se ausente do setor rodoviário em várias áreas do País. Nós vamos continuar atuando, e atuando diretamente, como Estado, porque o fato de aumentarmos a capacidade de oferecer infra-estrutura em certas áreas não pode nos fazer esquecer que, noutras áreas, a ação de governo tem que ser prestante.

Estamos providenciando empréstimos razoáveis no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que possamos melhorar essa

malha viária brasileira. Esses empréstimos já estão praticamente concedidos. Um dos programas diz respeito precisamente à recuperação dessa malha e também a outros projetos de ampliação dela.

O mesmo se diga quanto à questão da energia elétrica. O Ministro dirá mais adiante, quando for oportuno, a quantidade de concessões já feitas, apesar de obstáculos permanentes, de incompreensões permanentes de setores que resistem a verificar que o Brasil precisa crescer depressa, precisa oferecer mais empregos e mudar sua infra-estrutura. Apesar disso, nós não apenas já fizemos a concessão de serviço público, no sistema de distribuição de energia, de tudo que havia em mãos federais, que já foi, por esse mecanismo, passado a mãos privadas, mas também temos creio que cerca de trinta projetos de energia – é isso, Ministro? –, cerca de trinta concessões em andamento.

*Ministro:* Setenta.

*Presidente:* Setenta concessões, exatamente. Vejam que o Presidente está sempre tímido no que diz respeito aos números. Mas a verdade é que nós estamos, realmente, numa grande velocidade nesses processos de concessão, de tal maneira que os efeitos vão ocorrer nos próximos anos, porque aí é emprego, é investimento, é produção de mais energia, é barateamento da energia, é barateamento do custo Brasil.

Não vou continuar nessa direção, porque sabem também os senhores que na telefonia nós estamos às vésperas de uma explosão de investimento – os meios de comunicação têm dado conta disso. Sabem também do esforço imenso, com o apoio sempre do Congresso e até com modificações importantes realizadas no Congresso, no que diz respeito à reorganização do Estado, quanto às autoridades que vão dirimir questões nas concessões, quanto a tarifa, uso dos bens públicos, etc, etc. É uma nova maneira de organizar o relacionamento do Estado com a sociedade.

Pois bem, também no que diz respeito aos portos, depois de alguma hesitação no passado, o que aconteceu? A famosa Lei dos Portos foi implementada, ou está sendo, e os portos entrarão na lista de

concessões e de privatizações. Vamos avançar celeremente nesta matéria também.

Ora, não se pode pedir além da conta a um país que saiu exangue de um processo inflacionário de décadas e que, em três anos – praticamente faz três anos que se começou o esforço de reorganização: dois anos do Real e um ano e oito meses, não sei quanto, nove meses deste governo –, apresenta este conjunto de resultados. Portanto, não se trata de, agora, começar. Não, não. Agora é continuar. Só que vamos continuar a partir de um patamar de informação, de recursos e de capacidade de decisão sobre o que é necessário fazer – portanto, de ordenamento de investimento muito maior do que tivemos até agora.

Ora, nesse novo momento, o que estamos chamando de investimentos básicos para o desenvolvimento supõe, e supõe com muita força, políticas sociais e políticas que dizem respeito à questão do desenvolvimento humano. Supõe com muita força. Supõe com muita força porque estamos atuando em parceria com a sociedade.

O mesmo esforço que se fez na área de infra-estrutura para criar novas formas de relacionamento – esses órgãos regulamentadores, como a Aneel, órgão que vai regulamentar a questão da energia, etc, etc. –, o mesmo esforço que se fez nessa área está se fazendo no setor social. Nós modificamos o modo de relacionamento do Governo com a área social: na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Previdência Social. Em todos os setores nós modificamos o modo de relacionamento, quebrando os elos do clientelismo, transferindo os recursos do Governo central para os estados e para os municípios, descentralizando com coragem – e descentralizar quer dizer perder força burocrática de coação –, acreditando na sociedade e exigindo que, na base, os recursos não fiquem entregues apenas ao setor público da base política, mas que existam conselhos nos quais se incluam segmentos da sociedade civil, para discutirem a destinação desses recursos.

Em alguns exemplos óbvios, como é o caso da educação, há mecanismos de entrega direta de recursos à diretora da escola, já pelo segundo ano consecutivo. E, no próximo ano, esses recursos serão destinados não só pela diretora, mas pelos conselhos de pais e mes-

tres das escolas. E só receberão recursos as escolas que organizarem os conselhos de pais e mestres, para que possam eles próprios assumir a responsabilidade pela utilização desses recursos.

Para dar um só exemplo: o SUS é a mesma coisa, o recurso é vigiado quando entra no município que tem gestão plena do SUS. É o mesmo mecanismo. Nós estamos transferindo o controle para a sociedade. Há, portanto, aí uma revolução branca na área social. Nunca mais se ouviu falar de escândalos nem de clientelismos. Quando, eventualmente, ocorre alguma coisa, vai se verificar, é uma tentativa frustrada de algum esperto que tentou enganar algum prefeito, fingindo que tem força no Governo Federal. Os prefeitos já sabem hoje que ninguém precisa ter força para receber o recurso a que têm direito e o direito não é do prefeito, é da população da localidade.

Portanto, aí há um grande esforço também de reorganização do Estado. Reorganizar o Estado não é apenas fazer reforma administrativa, aliás muito importante e está no Congresso: é a modificação do modo do relacionamento na gestão, é a modificação no que diz respeito à infra-estrutura, é a modificação no que diz respeito aos programas sociais que nós estamos avançando; e, certamente, uma forte modificação no sentido de dar prioridade à base da sociedade: a educação fundamental.

O Congresso tem nas mãos, e o Senado resolverá brevemente, como dar um passo importante na valorização do professor da escola primária, do ensino fundamental, que significará, na prática, que o Governo Federal adicionará recursos para os estados mais pobres – basicamente do Norte e Nordeste –, recursos para aumentar o salário do professor da escola primária. E condicionará, obviamente, esses recursos ao preenchimento de certas regras que, efetivamente, melhorem a qualidade do ensino.

Pois bem, isto se faz com persistência. É um processo, repito, longo, mas já está iniciado. E, agora, nós estamos nesta reunião não para inovar no que diz respeito a objetivos, não para fazer programas novos, mas para buscar mecanismos de organização e de geren-

ciamento que permitam aumentar a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Nós não vamos discutir agora. Já vou apresentar – depois eu passo a palavra ao Ministro Kandir – alguns elementos gerais desses programas. Eles não são o conjunto das ações de governo. Nós temos, em termos de investimentos, cerca de 7 bilhões e 800 mil no orçamento fiscal, ou seja, de impostos, aos quais se adicionam os empréstimos, aos quais se adicionam o investimento privado e todas as formas de investimento que não são diretamente do orçamento fiscal, das empresas do Estado.

Desses, nós vamos nos referir apenas à metade: 3 bilhões e 900 milhões. Portanto, isso não vai esgotar o conjunto do que o Governo vai fazer. Nem precisam ficar aflitos os que não virem lá contemplados alguns trabalhos que são importantes. E são mesmo importantes. É que nós temos cerca de 1.500 ações de governo. E nós, aqui, vamos iluminar 42 apenas, para dar uma amostra e um exemplo ao País e a nós próprios de – alguns programas não são obras – programas importantes, entre os quais entram os sociais, como a reforma agrária, como a questão da merenda escolar, como a questão do combate à mortalidade infantil.

Alguns desses programas não esgotam o conjunto de recursos do Governo mas vão ser iluminados nesta reunião e ser objeto de um acompanhamento direto e pessoal do Presidente da República, através dos Ministérios competentes, como o Ministério do Planejamento; e de um gerenciamento específico, porque nós achamos que chegamos ao momento em que a qualidade do gerenciamento passa a ser tão ou mais importante do que a quantidade de recursos. Isso porque, num país que tem escassez de recursos, o controle da qualidade e a boa utilização dos recursos é central, é nossa responsabilidade política. Não se trata de mais: trata-se de melhor.

Estamos, hoje, atravessando uma fase – e o tenho dito insistente – em que estamos mudando qualitativamente o nosso entendimento sobre o desenvolvimento do Brasil. Repito sempre, e repetirei de novo, que não se trata de um país que quer produzir mais automó-